

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

EDUCAÇÃO:

UM CONCEITO IDEOLÓGICO

93

RIO DE JANEIRO

UNI-RIO

1982

CLOTILDE ROSA SANTOS

EDUCAÇÃO:

UM CONCEITO IDEOLÓGICO

Monografia apresentada à Escola de Educação da Universidade do Rio de Janeiro - UNI-RIO, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Pedagogia.

Rio de Janeiro
UNI-RIO
1993

Agradecimentos

A Profa. Vilma Barbosa Soares,
pelo estímulo, orientação e
carinho.

As minhas irmãs, Rita Helena,
Mary e Ana Glória, pelos
valerosos livros e apoio.

Dedicatória

A Samantha, minha filha, com amor.

As crianças consideradas inadaptadas, repetentes e evadidos, a grande maioria das crianças brasileiras.

Muitos são os cidadãos, mas
poucos são, de fato, tratados
como cidadãos.

(Júlia Falivene Alves)

N O T A

Aqueles que se despojam de suas
próprias imagens, de seus
próprios conceitos afetivos,
psicológicos, sociais, culturais
etc., e passam a viver segundo o
texto.

S U M A R I O

	Página
Introdução	01
1. O acesso à escola: bastam apenas as medidas liberais de "democratização da educação" ?	04
2. Fracasso escolar: ocorre somente devido a déficits cognitivos resultantes da influência do meio cultural "carente" da criança ?	08
3. Educação como prática social	12
4. Mas o que é ideologia ?	15
5. Educação como ideologia de dominação	17
6. Qual o verdadeiro papel do educador, frente à situação política, econômica e social de nosso país ?	23
Considerações finais	30
Bibliografia	32

INTRODUÇÃO

A história da educação no Brasil tem sua estrutura patriarcal e burocrática. No início, foram os missionários Jesuítas, que, por delegação do Rei, encarregaram-se das iniciativas educacionais junto aos índios e àqueles que formaram família na colônia. Com a expulsão dos padres, constituíram-se as aulas régias, permanecendo o cunho de uma educação ditada pelos poderes públicos, elitizante, não havendo nenhuma preocupação com a educação popular.

Esse quadro oligárquico perdura até a Revolução de 30, com o processo de urbanização e com o movimento escolanovista a favor da escola pública. Havia durante a República Velha três características principais:

- o elitismo;
- o bacharelismo;
- a dissociação da realidade.

O liberalismo, cujas idéias revolucionaram o mundo nos séculos XVIII e XIX, com suas reflexões acerca da educação, chega com bastante atraso a nosso país, sem falar nas disparidades, já que chega sem levar em consideração

nossas condições específicas, isto é, sem um estudo mais profundo de nossa própria realidade.

A "ilusão liberal" da escola nova trouxe-nos esperanças quanto à "democratização da educação". No entanto, os altos índices de evasão, exclusão e repetência mostram-nos que na realidade tal otimismo não tinha razão de ser, já que a escola submetida, como é, aos determinismos sociais, ao invés de ajudar no processo democrático, só contribui para a reprodução das diferenças sociais.

A idéia de que não existe coisa alguma de social na educação, que não deve ser corrompida por interesses e controles sociais, pode ocultar o interesse político de usar a educação como uma arma de controle, e dizer que ela não tem "nada a ver com isso". A educação é uma prática social; é um processo de surgimento do homem, no qual não se esgota, pois é um processo de aprendizagem infinito.

Afirmar o direito da pessoa à educação é assumir uma responsabilidade muito mais significativa que a de assegurar a cada um a possibilidade da leitura, da escrita e do cálculo. Significa garantir para toda criança o pleno desenvolvimento, bem como os valores morais que

correspondem ao exercício dessas funções, até a adaptação à vida social atual.

O direito à educação é, portanto, o direito que o indivíduo tem de se desenvolver normalmente em função das possibilidades de que dispõe e a obrigação, para a sociedade, de transformar essas possibilidades em realizações efetivas e úteis.

1. O ACESSO A ESCOLA: BASTAM APENAS AS MEDIDAS LIBERAIS DE "DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO" ?

(...) Obviamente, nenhuma política social e muito menos a educacional é capaz de reestruturar ou modificar o modo de produção e a estrutura de classes da sociedade do capitalismo dependente. Vimos, pelo contrário, que toda política social tem como objetivo explícito preservar o funcionamento do todo social sem abalar as estruturas profundas da sociedade. (Bárbara Freitag. Política Educacional e Indústria Cultural. São Paulo, Cortez, 1987, p.47).

Antes de tudo o que é uma escola democrática ? Deve ser consenso geral que uma escola democrática é aquela que se abre para a maioria da população. Mas não só que se abre, mas também responde ao anseio dessa maioria que busca a escola. Trata-se, portanto, da relação quantidade-qualidade. Sabemos que o sistema de ensino cresceu, mas sabemos também que ele cresceu muito mais no sentido de atender às reivindicações das camadas privilegiadas da população. Isto fica mais claro quando observamos que a maior expansão do sistema educacional se deu nos mais

elevados níveis de ensino, conforme podemos constatar no crescimento percentual da escolaridade brasileira na década de 60.

<u>GRAUS:</u>	PRIMARIO	GINASIAL	COLEGIAL	SUPERIOR
<u>CRESCIMENTO:</u>	82,9%	283,6%	280,0 %	497,6%

FONTE: CUNHA, Luís A. A profissionalização do ensino médio.

Percebe-se claramente como a expansão do curso superior foi de 497,6% contra apenas 82,9% do curso primário. Portanto, é um crescimento vertical do sistema de ensino para atendimento preferencial das camadas privilegiadas urbanas.

Já nos anos 70, o percentual de crescimento de vagas no ensino superior atingiu quase 800%, enquanto no primário cresceu um pouco mais de 100%.

A escola, apesar de sua expansão, contribuiu e muito para que a maioria de suas crianças fossem expelidas, ou melhor, excluídas no espaço de alguns anos dessa mesma escola.

De que maneira se dá essa exclusão? Como se não bastassem os itens já conhecidos, por exemplo a fome e suas implicações, existem outras carências que contribuem para eliminar as crianças da escola. A falta de capital cultural dos alunos seria uma delas, já que atrapalha a aquisição dos conteúdos escolares.

Segundo Bourdieu, sociólogo francês, para quem as condições sociais concretas de instauração da comunicação são fatores determinantes do uso da linguagem (teoria do capital lingüístico economicamente rentável), a idéia de capital cultural seria algo que flui no ambiente freqüentado pela criança, como a família, seu círculo de amizades, enfim, seu meio ambiente. Trazendo essa teoria para os nossos alunos, podemos explicar a exclusão dos filhos das classes trabalhadoras da escola de 1º grau.

A escola veicula uma cultura totalmente urbana e quase inatingível. No entanto, para os filhos da classe trabalhadora, a "carência" de capital cultural pode não ser a mais dramática, pois esses sofrem carências mais imediatas, por questões de sobrevivência. Ao entrarem no mercado de trabalho, essas crianças utilizam práticas culturais muito ricas, por isso devemos ter muito cuidado

com a expressão carência cultural, quando nos referirmos a elas.

2. FRACASSO ESCOLAR: OCORRE SOMENTE DEVIDO A DÉFICITS COGNITIVOS RESULTANTES DA INFLUÊNCIA DO MEIO CULTURAL "CARENTE" DA CRIANÇA ?

Segundo N.Z. Lindahl, existem três formas de privações que dificultam a aprendizagem da criança na escola:

- Privação intelectual. "Em geral os alunos iniciantes não possuem prontidão para as aprendizagens incluídas no currículo escolar ..."

- Privação orgânica. "Os efeitos deletérios e acumulados de uma nutrição inadequada e insuficiente se evidenciavam na dificuldade de concentração ..."

- Privação social - "Pouca ajuda acadêmica ou financeira se podia esperar dos pais dos alunos ..."

Como vemos, várias atribuições são dadas ao fracasso escolar, como se isso ocorresse somente devido a déficits cognitivos resultantes da influência do meio cultural carente da criança. Não sendo atribuído nenhuma vez o fracasso à incompetência da escola e dos professores que através de um tratamento equivocado e preconceituoso

contribuem para as altas taxas de evasão e reprovação nas primeiras séries primárias.

Desta forma, damos, ao fracasso escolar, uma explicação de fundo social, com uma amplitude muito maior do que a das deficiências individuais. Mas ainda assim, essa teoria continua culpando o aluno por seu fracasso, pois este vem despreparado para os padrões exigidos pela escola, enquanto a Instituição escolar, seus métodos, sua didática, seus valores e sua administração estão fora do debate.

O papel dos professores, no fracasso ou no sucesso escolar, é considerável, daí serem qualificados como agentes da seleção. É a função de selecionadores que mais culpabiliza os professores e, no entanto, eles não assumem a responsabilidade por isso. O poder do professor é manifestado através da nota, da classificação. São meios considerados objetivos e única forma que possuem para avaliar os trabalhos de seus alunos. Na verdade, o que se tem observado é a maneira como as crianças são constantemente rotuladas de bons e maus alunos, isto é, de acordo com os critérios de adaptação ao estilo de trabalho do professor.

A escola não pode continuar a serviço da classe social dominante e nem ser citada como um mundo culturalmente atravessado pela constante referência à antigüidade ou à Idade Clássica.

A escola pública brasileira fracassou. E os altos índices de repetência e evasão atestam esse fracasso. É essa reprovação maciça que reduz a capacidade de as escolas abrirem novas matrículas a cada ano. Estatisticamente, somente 12% dos que ingressam na 1a. série chegam a matricular-se na 8a. série (IBGE-1980), decorrido o tempo normal de oito anos.

A falência da escola pública configura-se não pelo fato de tratar-se de uma escola gratuita, mas, sim, pelo fato de ela não corresponder à realidade social dentro da qual se insere. Isto é, cabe à escola - e à sociedade, por extensão - a responsabilidade pelos altos índices de repetência e evasão verificados em nossas escolas: grande parte da responsabilidade da incompetência da escola deve-se a problemas de linguagem. A escola utiliza o código lingüístico das camadas socialmente privilegiadas, a norma culta, que é tida como a única aceitável. Entretanto, os alunos, para os quais essa escola se destina, não são provenientes das classes privilegiadas e não dominam aquele

modelo lingüístico, estabelecendo-se um conflito do qual os alunos saem derrotados, ou seja, reprovados.

Desta forma, a escola não considera o aluno integralmente, como pessoa e como falante de um dialeto aceitável, e essa rejeição ao seu dialeto significa também a rejeição da classe social à qual pertence. Portanto, a aquisição, pelas camadas populares, do dialeto de prestígio, é a maneira que temos de retirar do controle exclusivo das classes dominantes um dos seus principais instrumentos de dominação e de discriminação.

Este saber lingüístico adquirido é o instrumento que amplia as oportunidades de participação desse aluno numa sociedade letrada como a nossa, e é a escola a responsável pela aquisição desse domínio por parte da criança.

A expansão educacional, apesar de ter seus efeitos positivos, isto é, a idéia de que uma educação escolarizada garante a ascensão social, custou um preço muito alto à população, pois, embora ampliada, a escola contribuiu para a discriminação e expulsão das crianças recrutadas. Portanto, em vista disso, são criadas políticas educacionais, não com o objetivo de transformar o sistema, mas para a manutenção do "status quo".

3. EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA SOCIAL

A educação, sendo vista como prática social numa sociedade de classes, pode ser uma forma de consagrar a desigualdade quando é um meio de negar, na prática, o que ela afirma como idéia, ou pode ser uma forma de luta possível para a transformação da sociedade quando é um ato de conhecimento e de conscientização.

O indivíduo crê apreender a realidade de um modo imediato e direto. Mas, na realidade, a repete e a apreende dentro do modelo ingênuo de interpretação normalmente vulgarizado pela ideologia dominante.

Esta tranqüila certeza de estar percebendo a autêntica realidade com toda a perspicácia de seus princípios, não é nada além de uma ingênua aceitação da interpretação dominante, uma vez que, ao desconhecer a mediação de acesso à realidade, não se pode criticá-la. Não se pode ser crítico frente ao desconhecido. E o desconhecido, neste caso, é a própria situação ideológica que envolve o homem e que determina suas decisões. Enquanto ele julga que a operação se realiza unicamente a partir da sua inteligência e de sua livre vontade.

A sociedade não é um todo harmônico, com pequenas disfuncionalidades que devem ser corrigidas, como pensa a tendência funcionalista. Esta tendência privilegia a idéia de ordem, na qual o equilíbrio social estaria sendo perturbado apenas por um mau funcionamento de algumas partes complementares. Tal idéia da sociedade cria uma ilusão, suscitando projetos irrealis que tratam de superar, em um nível aparente de funções, um conflito estrutural.

O conjunto das nossas ações humanas está inserido no processo de transformação do mundo; é uma prática social porque está na linha de interesses de algum grupo ou classe social. Tal posição social tem muita relação com o local em que moramos, estudamos, trabalhamos, com as pessoas com quem nos relacionamos, com os compromissos e solidariedades que criamos, com as dependências ou alianças ideológicas que estabelecemos.

Este lugar social é determinante na percepção dos problemas, na avaliação da situação, na captação e hierarquização dos valores implicados. Nosso lugar social caracteriza-se, sobretudo, pela nossa prática social.

Infelizmente, há grupos que, por não considerarem isto em momentos de avaliação e planejamento, apenas conseguem

acelerar o ritmo de dedicação e, inclusive, de renúncia pessoal, mas sem criticar e superar os interesses que ideologicamente encarnam. Sabemos, evidentemente, que a educação ou a escola não transforma a sociedade por si só, mas ela pode ser um importante veículo de mudança social.

4. MAS O QUE É IDEOLOGIA ?

Desde que o termo surgiu, em 1801, ele foi usado de formas variadas por diferentes pensadores. Limitar-nos-emos, no entanto, a esclarecer, embora rápida e grosseiramente, o significado dado ao termo por Karl Marx.

Marilena Chauí analisa muito bem a questão em seu livro "O que é ideologia" (São Paulo, Brasiliense, 1984, Col. Primeiros Passos). Ela diz mais ou menos o seguinte:

Para Marx as idéias dominantes em uma sociedade nascem das condições materiais de produção, da existência e das relações sociais por elas geradas naquele momento histórico. As idéias estão ligadas à maneira como são apropriados os bens, como é organizado o trabalho, estruturadas as divisões sociais, etc.

Uma formação ideológica deve ser entendida como a visão de mundo de uma determinada classe social, isto é, um conjunto de representações, de idéias que revelam a compreensão que uma dada classe tem do mundo. A ideologia nasce da classe dominante, mas é assumida pelas demais,

dando aos membros de cada sociedade certa coesão e sentimento de identidade.

Isso é possível porque, entre outras coisas, os elementos ideológicos aparecem como valores humanos universais e não como valores de uma classe em particular, mesmo porque seus objetivos são exatamente minimizar as diferenças sociais e ocultar a dominação.

A ideologia, portanto, aparece justamente como o conjunto de idéias, valores, regras e sentimentos que têm por objetivo justificar como racional, natural ou normal as diferenças sociais, políticas e culturais, tornando-as mais aceitáveis e ocultando sua verdadeira causa - a divisão de classes.

5. EDUCAÇÃO COMO IDEOLOGIA DE DOMINAÇÃO.

A ideologia, como já vimos, tem como função exatamente levar os membros de uma sociedade a se conformarem, sem críticas e revoltas, com a sua organização, que é apresentada como única possível e desejável, sendo cada um o que é por ter se esforçado, por ter escolhido, ou por dispor de talento ou não para ocupar determinadas funções.

Cada classe social tem sua própria representação mental das condições de existência. Acontece, porém, que, quando uma delas se torna dominante, expande suas representações para todas as demais, pois passa a dispor também dos meios de comunicação, gerando idéias e regulando sua distribuição através do controle de instituições educacionais, religiosas, familiares etc.

Os valores ideológicos, por serem difundidos pelos mais variados meios, tornam-se tão arraigados nos membros da sociedade, que muitas vezes acontece de algumas pessoas lutarem contra alguns deles e aceitarem outros, sem perceberem que todos servem aos mesmos interesses do dominador. Um conceito bastante conhecido é aquele que associa cultura a homem culto, ou seja, aquele que estudou

muito, que é bastante, informado, tem muitos diplomas. É o caso do doutor.

Esse conceito associa cultura a escolaridade e resulta numa fórmula mais ou menos assim: é mais culto quem estudou mais. Acentua-se, desse modo, a idéia de que a escola, a academia seriam os centros de cultura. Mas essa é apenas uma parte da história.

A escola pode ter um papel importante na formação dos indivíduos e mesmo na transmissão das experiências humanas anteriores. Porém, reduzir cultura à aquisição de conhecimentos é calar a voz de grande parte da humanidade que não pode ir à escola.

Definir cultura como sabedoria ou reduzi-la ao diploma é reduzir o homem a um mero repetidor de experiências consagradas, retirando-lhe o papel de "fazedor" de cultura.

Se nosso olhar se detiver no momento presente, somos forçados, pelos fatos, a constatar que, embora no discurso das autoridades a educação seja prioritária, uma distância imensa a separa da triste realidade: milhões de crianças fora das salas de aula, escolas geograficamente mal distribuídas (por critérios políticos e não técnicos),

prédios caindo aos pedaços, carência total de materiais pedagógicos, professores desestimulados por salários aviltantes e mal preparados profissionalmente em cursos fracos e universidades complacentes ...

É preciso rever politicamente os motivos verdadeiros da educação no país e adotar, com firmeza e sabedoria, uma filosofia de vida e educação coerentes com os fins a que se destina essa educação.

Se a escola deseja ser democrática, ela tem de rejeitar o modelo convencional e alterar profundamente seu sistema de estruturas formais, substituindo-as por formas de educar que tenham, como centro orientador de currículos, experiências e atividades, e não uma equipe de gabinete, distante e alheia às necessidades do aluno, ao qual não tem condições de conhecer de perto.

Isso exige que o educador e a escola se organizem com conhecimento, liberdade e autonomia pedagógica em função da necessidade de seu grupo, em função de cada momento e situação, coisas por demais dinâmicas para ficarem sujeitas a receitas e programas planejados, a distância, por especialistas alienados da realidade de cada grupo e indivíduo.

As modificações, superficiais e supérfluas dos currículos, mantêm a escola autocrática, que se supõe dona do conhecimento, e os mestres que se julgam capazes (afinal foram forçados a acreditar nisso) de determinar objetivos adequados e coerentes para toda uma classe - às vezes de 30 ou mais alunos - como se todos eles fossem iguais.

Por outro lado, criar padrões implica rejeitar o fora do padrão; implica bitolar pela média (escola da mediocridade) e expurgar o abaixo da média. O resultado disso são os conhecidos e altos índices de evasão e repetência. Não poderia ser outro o fruto de uma escola que cria barreiras para se defender dos diferentes.

Sempre ouvimos a seguinte afirmação: os homens escolhem livremente, pois a sociedade oferece igualdade de oportunidades para todos e que é preciso que eles se preparem para fazer escolhas mais racionais e conscientes. Como eles também não recebem qualquer informação sobre o modo de produção real na sociedade na qual vivem, vão repetindo esse discurso e incorporando um certo referencial teórico que não dá conta da questão do trabalho, muito ao contrário, mascara as relações reais que se dão nesta sociedade concreta.

Quando começarmos a perceber concretamente como se organizam a sociedade, o capital e o trabalho; como se dão as relações capital X trabalho; como essas relações repercutem numa sociedade de classes; por que uma minoria detém o capital e uma grande maioria vende a sua força de trabalho pelo preço que o mercado decide; por que a classe trabalhadora tem pouca possibilidade de barganha sobretudo num país como o Brasil, um país do Chamado Terceiro Mundo, do Capitalismo periférico; a reflexão sobre a sociedade em que vivemos e sobre a relação entre a escolaridade e a sociedade nos colocará diante de uma situação que exige no mínimo uma definição.

Quando tomarmos consciência disso, não mais diremos que as pessoas escolhem livremente e, porque escolhem livremente, têm a responsabilidade pela sua escolha, isto é, quem escolhe mal, fracassa; quem escolhe bem, tem sucesso ! não é que eu considere que ninguém escolha. O que acho grave falha é pensarmos essas questões acriticamente, endossando essa forma de pensar o mundo, que cumpre um papel ideológico.

Essa ideologia, para as classes populares, tem a seguinte leitura: "Se eu me esforçar, vou romper as barreiras e ascender socialmente. Quem não faz o mesmo que

eu, é porque não tem competência". Estaremos, assim, enfatizando a ideologia do mérito e a ascensão social por vias individuais, o que provoca conseqüências.

As pessoas que ascendem socialmente, destacando-se de sua classe, geralmente julgam possuir tanto mérito, aptidões tão raras, capacidade e esforço tão grandiosos, que rompem as barreiras e ascendem socialmente. E se os outros não o fazem, é porque não são tão aptos quanto elas, não são capazes de tanto esforço, nem possuem tanta capacidade quanto elas.

Devido a essa maneira de pensar extremamente reacionária, penso que é de suma importância que trabalhem a possibilidade de os nossos alunos pensarem criticamente a sociedade na qual vivem, como também se pensarem dentro desta mesma sociedade.

Evidentemente, não apenas para que façam sucesso ou ascendam socialmente, mas para que compreendam a sociedade na qual vivem, e a partir de então que procurem a melhor forma de intervir nesta sociedade com o intuito, é claro, de transformá-la. Oxalá, a EDUCAÇÃO se torne efetivamente, um ato afetivo, criador, intelectual e político.

6. QUAL O VERDADEIRO PAPEL DO EDUCADOR, FRENTE A SITUAÇÃO POLÍTICA, ECONÔMICA E SOCIAL DE NOSSO PAÍS ?

(...) Seu único cuidado é o de "ajudar" o estudante a compreender as influências condicionadoras, existentes ao redor dele e dentro dele próprio, à fim de se tornar capaz de enfrentar inteligentemente, sem medo, o complexo "processo" de viver e, por conseguinte, sem acrescentar mais problemas à confusão já existente.

(...) Se um homem é incapaz disso, por que então ser preceptor ? Vossa pergunta só tem significação se o magistério é para vós uma mera carreira, um emprego como outro qualquer, pois acho que nada é impossível ao verdadeiro educador. (W.Reich)

Para que possamos discutir o papel do educador na sociedade, faz-se necessário antes de tudo esclarecer que sociedade é essa. Trata-se de uma sociedade em que o poder está desigualmente distribuído entre as pessoas e as classes sociais.

E permanece a pergunta: qual o papel dos educadores na sociedade ? Com quem é o compromisso dos educadores ? Ensinar o que melhor convém ao Estado ? Quem são os educadores ? Educador é o que ensina; aluno, o que aprende ? Aprende o que é melhor para quem ? O papel social do professor é educar o aluno para vencer na vida ou educá-lo para melhorar o mundo ?

O compromisso fundamental do educador, sem dúvida, é com o educando, ou seja, com o povo que está na escola pública, embora esta opção pelo povo seja um compromisso cheio de riscos. Mas isso é importantíssimo.

O papel social do educador, a meu ver, é criar condições para que o educando pense sozinho e, a partir de então, possa transformar o que aprendeu, convertendo a aprendizagem em algo que funcione na vida e sirva para toda a comunidade. Portanto, enquanto não houver um compromisso por parte dos educadores para com as mudanças das condições de vida de seu povo, mas apenas dando continuidade ao sistema, à exploração, os educadores continuarão atuando com mesquinhez e estreiteza.

Não basta que façamos apenas o possível, nem tampouco que trabalhemos dentro do limite que nos é oferecido, pois a realidade que constatamos em nossas escolas é caótica e

estarrecedora e merece, ou melhor, necessita de todo nosso empenho.

Numa sociedade em que são escassas as possibilidades de vida, torna-se difícil assumir algum papel em função do nosso desejo. A não ser com raríssimas exceções, o que ocorre é que nos são impingidos papéis, os quais acabamos tolerando, quer por questões de sobrevivência, quer por pura acomodação. E o nosso, verdadeiramente nosso, vai ficando de lado - papel em branco. É isto que tenho percebido entre nós professores - a quase total aceitação de um papel previamente a nós determinado - professor: peça de engrenagem de uma sociedade massificante, que quer seus indivíduos inertes, desindividualizados.

A ideologia do lugar social que se ocupa é de tal modo envolvente, que as pessoas não conseguem ver a realidade fora dela. Se não se toma distância de alguma forma, de tal lugar, não é possível discernimento algum.

No período militar, deu-se demasiada importância à criatividade. Estimulava-se a criatividade onde fosse aparentemente inócua, como nos esportes, nas redações de adolescentes, nas artes visuais, para disfarçar o assassinio da criatividade na gestão da coisa pública.

Quando se fala em voo, em geral se lê a idéia de liberdade - por oposição à nossa existência rasteira. E liberdade pode ser uma meta romântica absolutamente impossível. A liberdade pode ser também uma constatação existencialista, onde o ser humano será intrinsecamente livre, sendo essa sua dificuldade maior - já que liberdade pressupõe escolha, e escolha pressupõe recusa, e recusa pressupõe maturidade existencial.

Eu não quero que meus alunos sejam criativos, ou isto ou aquilo. Meu trabalho é provocar-lhes sua expressão, apresentado-lhes os meios mais diversos de expressão. Seus voos não me interessam, pois o nosso trabalho é com as asas para que sejam resistentes e com a informação dialética, sempre crítica e autocrítica. Pois sem informação, sem auto-reflexão, sem o hábito de fazer perguntas ao mundo, o sonho de um homem se limitará apenas a um prato de comida e a um teto. O que considero mísero diante das possibilidades do ser humano.

Dentre os textos do livro "Universidade, Escola e Formação de Professores" de Florestan Fernandes et alii (Ed. Brasiliense, 1986), citaremos, a título de exemplo, o de Florestan Fernandes e o de Claudio Salm, pelas seguintes

razões: o primeiro fornece os antecedentes históricos da questão, enquanto o segundo fala do presente estágio do nosso desenvolvimento e, em certa medida, projeta o tipo de futuro que seria desejável para o Brasil no âmbito da educação.

Dentro do quadro histórico brasileiro, Florestan Fernandes mostra como e por que o professor sempre foi utilizado como instrumento de dominação, ficando impedido de ter uma relação democrática com a sociedade, já que "pensar politicamente é alguma coisa que não se aprende fora da prática".

Ao discutir o tópico Escola e Formação Profissional, Cláudio Salm aponta uma realidade que ainda é desconhecida de muitos brasileiros: "... do ponto de vista econômico, já somos hoje, no Brasil, uma estrutura desenvolvida". Ele observa que, para haver desenvolvimento em sentido mais amplo, seria preciso assegurar a todos a educação escolar gratuita de oito anos, e não apenas ensinar "um ofício aos pobres".

Focalizando essa temática central em seus vários ângulos, o livro foi dividido em duas partes: a primeira, como vimos, apresenta o assunto a partir de uma perspectiva histórica e social; a segunda discute problemas relativos à

prática pedagógica do professor e sua formação na universidade.

Dentre eles, citamos o artigo de Cecília Guaraná, por seu aspecto prático e ilustrativo. Diz ela: "Não há receitas. Educação é uma resposta às exigências sócio-culturais orientada para uma direção definida". Esta afirmação levanta de imediato as questões: quem define a direção? Em situação de trabalho o professor pode escolher a direção?

Todos esses autores convergem para a conclusão de que educar é um ato político e que, portanto, o professor deve atuar não apenas como profissional, mas também como cidadão de quem se espera um mínimo de participação política.

Acho que, como a maior parte dos cidadãos, o professor ainda precisa discutir e compreender mais seu papel enquanto agente social de mudança. Isso nos preocupa mais de perto pelo caráter profissional do trabalho do professor, de transmissão de conhecimentos, o que significa, em certa concepção, a própria reprodução da ideologia dominante. Educação não se faz apenas no espaço reservado à escola, os professores precisam estar atentos

para a própria amplitude do processo educacional, o que significa dar atenção à amplitude de seu próprio trabalho.

neste país, de forma diferente da que eu tenho tentado colocar nesta monografia, isto é, a de levantar algumas questões que evidenciam a falta de interesse para com as dimensões pedagógicas, sociais e políticas do fracasso escolar; de tentar mostrar o colapso educacional em que nos encontramos, já que não conseguimos garantir o acesso da nossa população ao ensino obrigatório e nem mesmo sua permanência por 4 anos.

Nunca pretendi resolver problemas. Apenas colocá-los. Uma vez colocados, tais problemas poderão proporcionar pistas de respostas.

Obviamente, não espero que todos concordem com o que ousou escrever, mas até mesmo as discordâncias justificam meu esforço de propor a reflexão, exprimindo uma preocupação e permitindo-nos um questionamento acerca das questões adquiridas culturalmente - como é o caso da educação nas camadas menos favorecidas da população -, como se devessem ser aceitas e pronto, sem problema e dogmaticamente.

BIBLIOGRAFIA

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- _____. A educação como cultura. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- BRANDÃO, Zaia et alii. Evasão e repetência no Brasil: a escola em questão. Rio de Janeiro, dois pontos, 1983.
- _____. (org.) Democratização do ensino: meta ou mito ? Rio de Janeiro, Francisco Alves, 3a. edição, 1987.
- BUFFA, Ester. Ideologias em conflito: escola pública e escola privada. São Paulo, Cortez e Moraes, 1979.
- CHAVI, Marilena. O que é ideologia. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- CUNHA, Luiz Antonio. (org.) Escola pública, escola particular e a democratização do ensino. São Paulo, Cortez e Autores associados, 1985.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Ideologias e educação brasileira: católicos e liberais. São Paulo, Cortez e Autores Associados, 1978.

FERNANDES, Florestan et al. Universidade, Escola e Formação de professores. Brasiliense, 1986.

FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade. São Paulo, Cortez e Moraes, 3ª ed., 1979.

_____. Política Educacional e Indústria Cultural. São Paulo, Cortez, 1987.

GADOTTI, Moacir. Concepção dialética da educação. São Paulo, Cortez e Autores Associados, 1983.

JAGUARIBE, Hélio e outros. Brasil, 2000: para um novo pacto social. São Paulo, Paz e Terra, 1986.

LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo, Loyola, 1985.

LIMA, Danilo. Educação, Igreja e ideologia. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978.

REIS FILHO, Casemiro dos. A educação e a ilusão liberal.
São Paulo, Cortez e Autores Associados, 1981.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia: teorias da
educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e
política. São Paulo, Cortez e Autores Associados, 1989.

. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Minhas considerações finais serão breves. Apesar da pretensão de se garantir a educação básica de 1o. grau a todas as crianças e da existência de programas assistenciais, a sociedade brasileira ainda tem que determinar meios políticos e educacionais, para permitir o desenvolvimento normal das crianças "carentes", em face ao fracasso da educação.

A falência da educação brasileira, que se ampara na falsa noção de homogeneidade cultural, diz respeito à ideologia das classes dominantes que comandam e controlam o poder, cabendo a elas a exclusividade do acesso à cultura letrada em uma escola que não se insere na realidade social do país, mas, apenas, na realidade das classes dominantes. E, obviamente, a consequência dessa educação voltada, efetivamente, para a minoria da sociedade, é o fracasso da educação, é o fracasso da sociedade.

Será que estou sempre direcionando o texto segundo o meu ponto de vista ou de acordo com a minha visão sociológica dos fatos ? Talvez sim. Não sei. O que eu sei de fato é que não se pode falar em educação - na educação oferecida